

Estratégia Emergencial Reativa de Desenvolvimento Local:

Mobilização Social para
Intensificação da Produção Leiteira

Raquel Breitenbach¹
José Marcos Froehlich²
Janaína Balk Brandão³

Resumo

A noção de desenvolvimento vem sendo elaborada historicamente, havendo discordâncias acerca de seu significado e das metodologias e estratégias a serem empregadas para alcançá-lo. O presente trabalho analisou uma experiência em Ajuricaba-RS, em que a estratégia foi apostar no aumento da produção leiteira para o desenvolvimento local. Em resposta a uma oportunidade resultante do processo de globalização (aumento da demanda mundial pelo produto leite), este município apostou nas potencialidades de suas condições naturais e produção qualificada de leite nas suas propriedades rurais. Tal processo, porém, revelou-se o que se denomina neste trabalho de uma estratégia emergencial reativa de desenvolvimento local. A análise apontou que a estratégia adotada careceu de imersão e consonância com um processo de fortalecimento da ação social coletiva, que tomasse por base a promoção e consolidação do capital social do município. Assim, os benefícios do processo se distribuíram de modo desigual entre os atores sociais envolvidos, privilegiando principalmente as empresas processadoras em detrimento dos produtores de leite.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Bovinocultura de leite. Capital social.

¹ Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial – UERGS, mestre e doutoranda em Extensão Rural do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM. semprequeu@yahoo.com.br.

² Engenheiro agrônomo, doutor pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento e Agricultura pela UFRGS. Professor-Adjunto da Universidade Federal de Santa Maria. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM. jmarcos.froehlich@pq.cnpq.br

³ Engenheira agrônoma – UFSM, mestre e doutoranda em Extensão Rural do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM. janainabalkbrandao@hotmail.com

Abstract

The concept of development has been established historically, but there are disagreements about its meaning and the methods and strategies to be employed to reach it. This study examined an experiment in Ajuricaba-RS, where the strategy was focusing on the increasing of the milk production for local development. In response to an opportunity arising from the globalization process (increase in global demand by milk products), this Town invested in the potential of its natural conditions and qualified production of milk in their farms. However, this process has been revealed what is called in this work an emergency strategy reactive of local developing. The analysis showed that the adopted strategy was deficient of immersion and consistent with a process of strengthening of collective social action, which should be based on the promotion and consolidation of share capital of the Town. Thus, the benefits of the process are distributed unequally among the social actors involved, focusing mainly the processing companies to the detriment of milk producers.

Keywords: Local development. Cattle of milk. Capital.

A noção de desenvolvimento vem, ao longo do tempo, sofrendo transformações em seu significado e nas metodologias empregadas para alcançá-lo. Por ocasião de sua difusão nas pautas sociopolíticas e econômicas mundiais, no contexto pós-2ª Guerra Mundial, de guerra fria, e num cenário que buscava ser pós-colonial, foi considerado como sinônimo de crescimento econômico, tendo no PIB per capita seu principal indicador. Esta concepção de desenvolvimento, baseada na industrialização, urbanização e burocratização, sofreu severas críticas pelos seus “efeitos indesejados”: deterioração ambiental, concentração urbana, desertificação rural e fracasso nas tentativas de reduzir as desigualdades socioeconômicas. Tais críticas deram margem à urgência de se ultrapassar a noção de desenvolvimento etnocêntrica, conservadora e economicista que vinha tendo preeminência nas reflexões e ações relativas ao tema (Souza, 1996, 1997; Guerrero, 1996). Assim, a inclusão e relevância de outras variáveis a serem consideradas nas abordagens sobre o desenvolvimento, como as questões culturais, sociais e ambientais, passam a ser defendidas e problematizadas pela literatura. Passa-se, inclusive, a defender que o desenvolvimento deve ser uma elaboração própria de cada realidade e cultura, em que um único modelo não pode ser aceito como dado, muito menos imposto de uma cultura ou de uma sociedade a outra (Escobar, 1995; Sachs, 1995; Tucker, 1996).

Este artigo utilizará o termo e a literatura acerca do desenvolvimento local⁴ como base para análise crítica de um caso particular de estratégia de desenvolvimento no município de Ajuricaba-RS. A estratégia analisada está calcada na cadeia produtiva do leite, em especial no setor produtivo local (agricultores) e surgiu a partir de um processo de transformação das condições do mercado global do produto. A exemplo de outras cadeias agroindustriais, a cadeia produtiva do leite no Brasil é composta por várias instituições e agentes: produtores de insumos para a

⁴ Ressalta-se que se trata de uma noção que, como outras, também tem várias críticas e limitações. Detalhes ver em Brandão (2007).

agropecuária e para a indústria de laticínios; produtores de leite; unidades de captação de matéria-prima; indústrias processadoras; agentes de distribuição de produtos processados e consumidores. Esta cadeia, além de ser extensa, pode ser considerada uma das mais complexas do agronegócio brasileiro.

O fim da intervenção do governo no setor de laticínios fez com que aumentasse a concorrência entre as empresas, provocando redução nos preços, estratégias de lançamento de novos produtos e aumento no volume de produção, além de crescimento da oferta de produtos lácteos. Esse cenário veio acompanhado de mudanças na estrutura produtiva global, incidindo diretamente na organização do setor no município estudado e, conseqüentemente, nas estratégias de desenvolvimento local, como será explorado a seguir.

A partir de 2004 vem se observando significativas alterações no cenário do município analisado. Inicialmente foram impulsionadas, em grande medida, por uma mudança no mercado internacional do leite, o qual passou a demandar maior quantidade do produto. Muitas empresas processadoras do produto vislumbraram na Região Noroeste do RS, onde está Ajuricaba, a potencialidade para esta produção, passando então a instalar suas plantas industriais, dando origem a uma intensa concorrência entre empresas e gerando alta demanda de leite *in natura*. Com base na iniciativa do setor privado, apoiada de forma reativa pelo poder público, os agricultores passaram a investir fortemente na atividade visando ao aumento da produção. O objetivo deste trabalho é analisar o caso descrito à luz da abordagem do desenvolvimento baseado em escalas de análise mais restritas e que é trabalhada pela literatura, bem como identificar potencialidades e limitações da aqui intitulada “estratégia emergencial reativa” de desenvolvimento adotada no município.

Considera-se estratégia emergencial reativa porque não nasce de nenhum plano ou projeto local (endógeno), gestado e planejado antecipadamente pelos atores municipais, mas que surgiu a partir de

uma mudança global (no mercado internacional e nacional) que incidiu diretamente no local analisado. A transformação iniciou-se pela forma como se organizaram, na região, as empresas processadoras de leite, as quais transformaram o mercado local com o aumento da concorrência. Estas, necessitando maior quantidade de matéria-prima, iniciaram um processo de mobilização social dos agricultores para aumento da produção, e a CCGL (Cooperativa Central Gaúcha de Leite) foi identificada como o principal agente fomentador dessa mobilização no local estudado. Com o aumento do preço pago pelo leite, os agricultores e o poder público municipal entram nesse processo de forma reativa, por acreditarem ser oportuno o aumento considerável na produção do leite para o desenvolvimento local. Ou seja, ocorreu a mobilização de atores locais, coordenada pelo setor privado (que objetiva o lucro, o crescimento econômico), configurando-se numa experiência que aproveitou uma estrutura de oportunidade gerada pelo processo de globalização, considerando e apostando nas potencialidades locais.

Os dados empíricos foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com representantes de instituições locais (Secretaria da Agricultura, representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais e Emater). Além disso, foram também utilizadas informações coletadas em 2007, a partir de entrevistas com produtores de leite e empresas processadoras; observação e acompanhamento de transações entre os agentes econômicos (empresa processadora e agricultor/fornecedor) e observação de conversas informais relacionadas direta ou indiretamente com o setor leiteiro, que deram base para a dissertação de Mestrado “Estruturas de Mercado e Governança na Cadeia Produtiva do Leite: um estudo de caso do município de Ajuricaba-RS” (Breitenbach, 2008).

Uma Estratégia Emergencial Reativa de Desenvolvimento: o caso de Ajuricaba-RS

O município de Ajuricaba está localizado no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, possui a economia baseada na agropecuária e tem como principais produtos a soja, trigo, milho e leite. Os agricultores do município são quase na sua totalidade familiares e os produtores de leite são todos agricultores familiares.⁵ Além disso, são na maioria descendentes de imigrantes italianos e alemães.

Este município possui a bovinocultura de leite como uma atividade tradicional e muito importante social e economicamente.⁶ A evolução histórica desta atividade revela que existem na região duas fases distintas. A primeira, de 1940 até início dos anos 90, foi marcada por uma estagnação tecnológica e baixa valorização do produto. Já a segunda, da década de 90 até o ano 2008, é caracterizada por uma significativa evolução no que se refere à tecnologia e qualidade do produto, além de mudanças nas características das transações entre agricultor e empresa processadora, a partir da intensificação da concorrência na aquisição da matéria-prima local. Como pode ser observado, existem duas fases bem distintas na história da produção no município estudado e que são explicadas por um ambiente institucional vigente no mercado, primeiramente marcado pela alta regulamentação do setor e, posteriormente, pela desregulamentação, abertura comercial e instituição do Plano Real, fatores estes que contribuíram para o avanço do setor, por um lado e, por outro, levaram ao abandono da atividade por muitos agricultores.

⁵ Essa expressão é aqui utilizada com base em Schneider (2006), que argumenta que a permanência da agricultura familiar no tempo não é estática e dependerá da sua relação com formas distintas e heterogêneas de estruturação social, cultural e econômica do capitalismo, em certo espaço e contexto histórico.

⁶ Social pela alta exigência de mão de obra, que faz com que diminua a migração rural-urbana. Econômica por permitir uma renda mensal, com a qual a família se mantém (alimentação, saúde, educação, etc.), enquanto as demais atividades, basicamente soja, milho e trigo, permitem uma renda para investimentos e para cobrir as demais despesas.

A cadeia produtiva do leite no Estado do RS vem passando desde 2004 por transformações significativas em sua estrutura, que se acentuaram em 2007 e 2008. Estas transformações são geradas, especialmente, pelo aumento da demanda mundial de leite, queda na produção mundial devido a anos consecutivos de estiagens na Austrália e Nova Zelândia, redução significativa dos subsídios sobre produtos lácteos na União Européia e redução da produção na Argentina devido a ajustes internos. Além disso, a expansão da cana de açúcar no centro-oeste brasileiro, fez com que muitos produtores saíssem da atividade em São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Estes fatores, combinados às condições naturais do RS, que favorecem a bovinocultura de leite, incentivaram várias empresas processadoras a se instalarem no Estado (Nestlé, Embaré, Batavo, CCGL, Bom Gosto) e fazendo com que as que já existiam ampliassem suas bases industriais (Avipal), isso em regiões com fortes “bacias leiteiras”, em especial no Noroeste do RS (Breitenbach, 2008).

No Noroeste do Estado, onde se localiza Ajuricaba, é onde a concorrência está mais acirrada, especialmente pela boa estrutura produtiva dos agricultores da região e a conseqüente qualidade superior do produto. O motivo estratégico para as empresas conseguirem captar leite na região deve-se à concentração de produtores em uma área geográfica e com produções significativas, o que reduz custos de transporte e gera ganhos de escala para as empresas.

Este processo envolve várias organizações e diversos atores sociais, como pode ser observado na Figura 1, e pode ser caracterizado como um processo de mobilização social comandado pelo setor privado (empresas processadoras de leite), especialmente pela CCGL. Esta levou em conta o fato de ser uma cooperativa e ter um contato mais próximo com os produtores para a ação em torno do aumento da produção leiteira local.

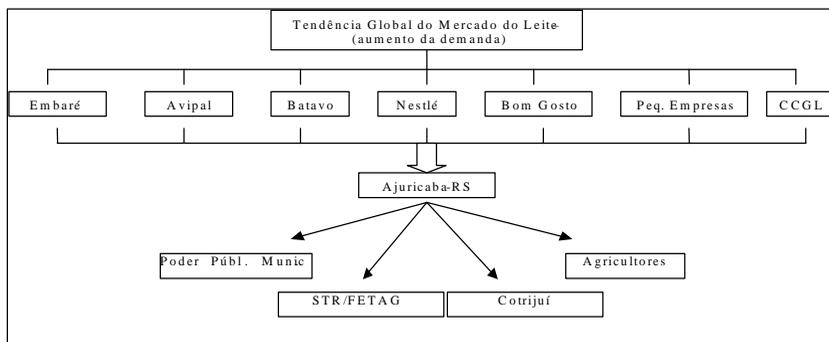


Figura 1: Organizações e agentes envolvidos no processo analisado

Fonte: Os autores.

Como pode ser observado na figura, existe, num plano inicial, uma tendência global no mercado do leite, caracterizada pelo aumento da demanda mundial pelo produto. A partir disso começam a atuar os agentes/atores envolvidos no processo de mobilização local para o aumento da produção leiteira. Em um primeiro momento as empresas processadoras (setor privado) que geram modificações no mercado regional e municipal. Posteriormente entram em cena atores locais, sendo identificados como principais o poder público municipal, a Cotrijuí (agindo em conjunto e coordenada pela mobilização estratégica da CCGL), os próprios agricultores produtores de leite e o Sindicato de Trabalhadores Rurais ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura, que é a única entidade representante da classe de agricultores familiares, porém não relacionada diretamente aos produtores de leite.

Cada uma dessas organizações e/ou desses atores sociais desempenhou um papel importante no processo analisado e que será descrito breve e pontualmente a seguir:

Empresas Processadoras – Estes agentes são considerados os mais dinâmicos do processo por agirem de forma pró-ativa. Por serem os detentores das informações mais relevantes acerca do mercado internacio-

nal de leite e das potencialidades do Noroeste do RS para essa atividade, desencadearam e coordenaram o processo analisado, agindo como mobilizadores sociais dos produtores de leite. Identificou-se como ator principal desse processo de mobilização, na região estudada, a CCGL (Cooperativa Central Gaúcha de Leite) em conjunto com a Cotrijuí (Cooperativa Agropecuária & Industrial), uma das cooperativas que compõem a CCGL. O objetivo foi despertar os agricultores da região de alcance e associados às cooperativas formadoras do grupo CCGL para o aumento da produção de leite *in natura*, ampliando assim a oferta de matéria-prima para a empresa. Para atingir o objetivo utilizaram-se de diferentes meios, mídias⁷ e suportes midiáticos.

A mobilização social (MS) pode ser compreendida como embates coletivos pela (re)definição de padrões culturais e normativos, busca pela participação dos sujeitos em debates públicos, esforços convocatórios, ou seja, ações que possibilitem a inclusão de sujeitos em suas principais questões, criando mecanismos que propiciem a participação (Mafra, 2006). Também entende-se por MS:

[...] a reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público. (Henriques; Braga; Mafra apud Mafra, 2006, p. 36).

Pode-se dizer que as empresas utilizaram-se do que Mafra (2006) chama de “comunicação estratégica” que, segundo ele:

⁷ O papel da mídia é considerado fundamental, trata-se de uma “instância privilegiada para gerar visibilidade e, com uma força simbólica considerável, conferir existência pública a temas que antes poderiam não ser problematizados com tamanho alcance e audiência” (Mafra, 2006, p. 40). Além disso, a mídia é mais que uma difusora de informações, tem autonomia relativa e pode privilegiar questões a partir de mecanismos próprios. Com isso, não proporciona uma competição justa entre os grupos e/ou chances iguais para se manifestar.

[...] representa uma forma de construir e estabelecer processos comunicativos de forma planejada, e não espontânea. De maneira geral, a necessidade de pensar a comunicação de forma estratégica veio em decorrência da emergência de uma sociedade moderna, com a consolidação dos regimes políticos democráticos, com a formação de uma determinada opinião pública e com a preocupação, imposta a inúmeras instituições, de estabelecer uma atividade que cuidasse especificamente da relação dessas instituições com públicos a ela vinculados direta ou indiretamente (p. 42).

Observa-se que o tipo de mídia que predominou nas estratégias foi a mídia terciária,⁸ sendo o rádio (emissora RPI – Rádio Progresso de Ijuí) o meio de maior alcance, uma vez que a Internet ainda é um meio de comunicação de acesso limitado para a maioria dos agricultores. A mídia secundária acaba por dar um suporte às informações disponíveis na Internet, dado que as notícias lá postadas são impressas e entregues aos agricultores nas agências da Cotrijuí. Entende-se que a mídia terciária e a mídia secundária foram adotadas como apoio à mídia primária, uma vez que esta é a estratégia principal de mobilização social por parte da indústria. Observa-se isso pelos vários eventos organizados, em especial pela CCGL, em cooperação com a Cotrijuí, principalmente na forma de palestras, bem como o trabalho “boca-a-boca” realizado pelos técnicos da cooperativa diretamente com os produtores rurais.

Cotrijuí – Acerca da participação da Cotrijuí, muito já foi destacado anteriormente quando descrito o processo de mobilização social das empresas. A cooperativa, uma organização dos produtores rurais, foi a principal parceira da CCGL no incentivo ao aumento da produção leitei-

⁸ Baitello Junior (2000) com base em Pross (1971) classifica o sistema de mediação em: a) Mídia Primária – o indivíduo utiliza o corpo para se comunicar, realizada pelo contato interpessoal, não necessita de mediação. Entram em jogo, neste caso, as expressões (olhos, testa, boca, movimentos, rituais, linguagens, etc.); b) Mídia Secundária- composta pelos meios de comunicação que levam a mensagem ao receptor sem que este precise de aparelhos para captar o significado da mensagem (imagem, escrita, impresso, gravuras, fotografias, máscaras, pinturas, adereços corporais, etc.); c) Mídia Terciária – nesse caso, tanto o emissor quanto o receptor precisam de aparato para se comunicar (TV, rádio, Internet, telegrafia, telefonia, cinema, discos, fitas, CDs, etc.).

ra no município. A Cotrijuí, fazendo parte do grupo CCGL e em conjunto com este, utilizou o fato de ambas serem cooperativas para mobilizar o agricultor e fazê-lo sentir-se parte e até “um pouco” dono da empresa/cooperativa processadora de leite. A Cotrijuí desenvolveu um trabalho de incentivo à produção. Este foi feito principalmente com fornecimento de informação técnica e do mercado do produto, por meio de cursos, meios de comunicação e diretamente nas sedes das instituições. Essas informações são de livre acesso a todos os produtores e depende do interesse destes buscá-las e/ou participar das atividades promovidas.

Poder Público Municipal – Agindo de forma reativa, o poder público municipal,⁹ ao visualizar o contexto de alta valorização do produto leite (especialmente pela “guerra de preço” entre as empresas, que geraram valores altos pagos aos produtores), acaba por adotar o incentivo à bovinocultura de leite como uma estratégia de desenvolvimento para o município. Desta forma, assume o papel de incentivador da atividade no local, apostando nesta para o crescimento econômico.

O poder público municipal, ao atuar na busca do desenvolvimento local, tem algumas vantagens: melhor fluxo de informações entre o governo e a sociedade; a promoção de mais atividades de participação e de associativismo; o aumento da transparência; o aumento da credibilidade; a adaptação de ações para o desenvolvimento às condições locais. No caso estudado, a ação concreta da prefeitura concentrou-se em: subsídio aos produtores de leite para a inseminação artificial do rebanho; disponibilidade de máquinas agrícolas para confecção de silos e da silagem; manutenção das estradas para trânsito dos caminhões que fazem o transporte do leite, além de demandas específicas que surgem por parte dos produtores que na maioria das vezes são atendidas pela prefeitura.

⁹ De acordo com Yáñez (1998), a gerência das políticas sociais tem ficado sob responsabilidade dos governos municipais, devido a sua proximidade e maior conhecimento acerca dos problemas locais. Isto porque as dinâmicas locais, e portanto particulares, podem afetar outras de caráter mais universais, considerando que vem ocorrendo a redefinição do papel dos governos e sociedades municipais diante do novo rumo dos processos de desenvolvimento econômico, político e social em âmbito mundial.

Estas, contudo, embora sejam ações importantes para os produtores de leite, satisfazem apenas parte das demandas. Desta forma, abre espaço para o clientelismo¹⁰ e para o jogo de poder¹¹ entre os grupos sociais que acabam sendo mais ou menos favorecidos. Constatou-se, neste sentido, que as políticas municipais têm sido fragmentadas, pontuais e isoladas. Além disso, nota-se a falta de compreensão e também capacitação dos agentes municipais sobre o que consideram ser o desenvolvimento local e a carência de transparência nas decisões e na alocação dos gastos públicos.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais – O STR é a entidade de representação dos produtores rurais do município e não está ligado diretamente à produção leiteira, porém desenvolveu ao longo da história atividades em prol desta. Isso porque os agricultores familiares do município, ligados ao STR, têm uma relação estreita com a bovinocultura de leite, tido como uma das atividades principais. A ação do STR, ligado à Federação dos Trabalhadores da Agricultura – Fetag, foi reativa, assim como a do poder público. A entidade não possuía informações “privilegiadas” a ponto de indicar as melhores estratégias para o agricultor e/ou alertar para a necessidade de cautela em suas ações e/ou investimentos. As informações que a entidade representante da classe tinha, segundo a diretoria, eram escassas e até mesmo distorcidas, especialmente porque provinham, em maior grau, das próprias empresas processadoras que coordena-

¹⁰ De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. Este é um dos sentidos em que o conceito é usado na literatura internacional, perpassa toda a história política do Brasil e se manifesta na troca de poder desigual entre atores (Kaufman, apud Carvalho, 1997).

¹¹ O significado de poder pode ser: ter a faculdade de; ter a possibilidade de, dispor de força, autoridade moral ou física, ter influência, valimento (Ferreira, 1986). Para Blackburn (1997), o poder é entendido como um instrumento social, em que o poder de um indivíduo ou instituição se reflete na capacidade deste de conseguir algo, o que pode ser por direito, por controle ou por influência. Não é essencial a sua definição que o resultado seja conscientemente procurado pelo agente. Desse modo, o poder pode ser exercido na ignorância de sua existência ou efeitos, embora seja constantemente exercido de forma deliberada. Neste sentido, conclui-se que as relações sociais são sistemas de poder. Dentre os autores que compartilham desta visão pode-se destacar Foucault (2003).

naram o processo de mobilização. Como afirma Downing (2002), torna-se até ingenuidade acreditar que a cultura e a comunicação são coisas democráticas, mesmo quando construídas de forma organizada, pois os processos e diferenciais de poder estão presentes em toda a parte. No caso analisado, pode-se perceber que a ofensiva coordenada pelas empresas processadoras de laticínios praticamente não encontrou nenhuma resistência por parte da entidade representante da classe dos agricultores, no sentido de assegurar a perspectiva de seus interesses a longo prazo.

Agricultores Produtores de Leite – Estes agentes, foco do processo de mobilização, tiveram uma ação importante no processo. Aceitaram passivamente as informações repassadas pelas empresas e pelos meios de comunicação em geral (promessa de estabilização em alta do preço pago pelo leite) e aumentaram significativamente a produção e a produtividade. A partir da pesquisa realizada, observou-se que os agricultores, com o “boom” do leite¹² e com o aumento considerável dos rendimentos financeiros gerados pela produção leiteira a partir da segunda metade de 2006 e todo o ano de 2007, passaram a investir altos valores na atividade. Esses recursos foram obtidos tanto a partir de políticas públicas do governo federal quanto do setor privado (bancos, empresas particulares municipais e regionais) e foram direcionados para a aquisição de máquinas, equipamentos e tecnologias (resfriadores, ordenhadeiras mecânicas, canalização do leite, ensiladeiras, tratores, carros, etc.) estrutura física (salas de ordenha, praças de alimentação animal, galpões, etc.); e aquisição de animais (vacas, novilhas e terneiras).

Cabe destacar ainda nesse processo a participação do setor privado, que também investiu na atividade. A partir do contexto positivo da cadeia produtiva do leite na região, tem se estabelecido no município um conjunto de empresas de suporte à produção primária, em especial

¹² Fato altamente destacado pelos meios de comunicação regionais e até nacionais, que atribuíram então ao produto o jargão de “ouro branco”.

para o fornecimento de insumos e, em menor número de assistência técnica. As empresas fornecedoras de ração, por exemplo, triplicaram, bem como outros empreendimentos já existentes no local incorporaram serviços agora direcionados também para o produtor de leite.

O Início de uma Crise!?

Na trajetória mais recente da noção de desenvolvimento surgem diversos termos “qualificativos” do mesmo: endógeno, sustentável, regional, territorial, local, etc. Nesse processo o “espaço” vem carreando mais importância nas preocupações sobre o desenvolvimento, até então hegemônico pela dimensão do “tempo”, verdadeira obsessão da Modernidade, que se traduzia na ânsia pelo futuro e pela fé no progresso. Se o processo de modernização, porém, tendeu a pôr em primeiro plano a projeção para o futuro, hoje se volta a pensar mais no “espaço” – concretamente como território: o local, o regional, etc., desde um dado grupo social que, partindo de suas próprias condições e características sociais, trata de encarar a contemporaneidade. No desenrolar da globalização configura-se também, fruto de uma nova estrutura de oportunidades, um movimento de “localismo” que, na ótica de diversos autores, deve ser promovido e apoiado (Becker, 1997; Yáñez, 1998). A esta dinâmica localista e portanto particularista, que afeta aquela de caráter mais universalista,¹³ e que está envolvida no espectro de novas oportunidades do próprio processo de globalização, redefinindo governos e sociedades municipais, tem-se comumente denominado de novo localismo (Yáñez, 1998).

Com a crise do chamado regime de acumulação fordista, caracterizado por um processo de produção em massa em grandes unidades, concentradas espacialmente e fomentado e apoiado por um sistema político

¹³ A tendência universalista seria aquela que, fundamentada nos cânones iluministas da ciência moderna, acredita em valores gerais universais e na expansão unívoca do processo civilizatório aos moldes ocidentais.

keynesiano, que se materializa na existência de um Estado centralizado, intervencionista, planejador e outorgador de bem-estar, passa-se hoje a crer na aparição do regime de acumulação flexível, e nesta transição, supõe-se abrir uma brecha para a possibilidade do “desenvolvimento local”. Segundo Guerrero (1996), com esta crise busca-se passar do paradigma funcionalista para o paradigma territorial, no qual a localidade passa a se converter em suporte de uma sociedade composta por atores que se relacionam, que têm capacidade de atuação diante dos problemas a resolver, que contam com recursos e que podem e devem participar do seu próprio desenvolvimento. O localismo, assim conformado, teria plenas condições de impulsionar o desenvolvimento, logrando alcançar, via descentralização, maior democratização social, participação popular, justiça social e vitalidade econômica (Yáñez, 1998).

O processo que este trabalho se dispõe a analisar deixa claro que envolve os níveis global e local. Yáñez (1998) contribui para esta análise ao argumentar que, ao mesmo tempo em que as sociedades contemporâneas atravessam processos globais de caráter universal, também têm suas dinâmicas locais. Para tanto, surgem estratégias de desenvolvimento centradas nas características e implicações dos atores locais que, ao mesmo tempo, buscam responder às novas estruturas de oportunidades resultantes do processo de globalização e às geradas no âmbito local. Neste contexto, o meio rural não deve ser visto apenas como sustentação geográfica do setor *agricultura*, mas também como base de um conjunto diversificado de atividades e mercados potenciais, para que seus horizontes possam ser ampliados.

Featherstone (1996), ao tratar do termo “localismo”, observa que este ganha importância a partir das dificuldades de lidar com níveis ascendentes de complexidade cultural gerada a partir de uma conjuntura temporal específica da modernidade e com as dúvidas e ansiedades que esta provoca. Acrescenta que não se trata de considerar o local e o global como dicotomia separada no espaço e no tempo, mas de reconhecer que os pro-

cessos de globalização¹⁴ e localização são indissociáveis na fase atual. O termo “local” é associado à noção de um espaço particular delimitado, com um conjunto de relações sociais baseadas em laços familiares e tempo de residência. A cultura local deve ser privilegiada, mas considerando que esta também é um terreno de lutas de poder (Pietersen, 1995).

O local passa a exercer um papel fundamental devido ao aumento de repertórios culturais e recursos de vários grupos para criar novos modos simbólicos de afiliação e pertencimento, além do esforço para trabalhar e reformular o significado de signos existentes. O processo de globalização promove novas estruturas de oportunidades que podem ser aproveitadas e, por isso, o local deve ser considerado fundamental à capacidade de ação autônoma por parte dos atores locais, os quais devem estabelecer relações de competência e competição (Yáñez, 1998).

Nessa linha de arguição, Brose (2002) defende que o desenvolvimento é uma questão de qualidade de vida e não pode ser definido apenas pela riqueza material. Este autor preconiza que, inerente ao conceito de desenvolvimento humano, está a ideia de que este é um processo de expansão das possibilidades de escolha para o indivíduo. Segundo ele,

cada pessoa tem um conjunto cada vez maior de possibilidades e liberdades sobre como estruturar sua vida, sem, porém, desconsiderar a liberdade de escolha das gerações futuras, considerando assim, a dimensão da sustentabilidade (p. 30-31).

Ao se referir ao desenvolvimento local este mesmo autor alerta para a necessidade de este vir acompanhado de melhoria da qualidade de vida das pessoas (desenvolvimento humano), levando em conta a sustentabilidade destes processos que precisam surgir de iniciativas locais, e não de decisões federais ou estaduais (Brose, 2002).

¹⁴ Wolf (1997, apud Galvão, 1998) considera globalização como a crescente interdependência econômica dos países em todo o mundo, gerada pela expansão no volume e variedade das transações de bens e serviços entre eles, dos fluxos de capital, bem como pela difusão mais rápida e abrangente da tecnologia.

Uma análise rápida/superficial acerca da estratégia de incentivo à bovinocultura de leite adotada em Ajuricaba poderia levar a crer que ali se encontra um exemplo de desenvolvimento local, endógeno, que tomou como base a sintonia com os aspectos culturais e o aproveitamento das potencialidades da região. Os sinais de uma crise desta estratégia emergencial reativa de desenvolvimento, entretanto, começaram a aparecer já em julho de 2008. Os investimentos realizados pelos agricultores têm retornos a longo prazo e foram financiados pelos bancos (Barrisul, Banco do Brasil, Sicredi). No final do segundo trimestre de 2008, contudo, além de um acréscimo significativo no preço dos insumos (rações, concentrados, adubos, etc.), também ocorreu uma forte redução no preço pago ao produtor pelo leite, dando sinais de que os investimentos foram feitos de forma exagerada, o que gerou preocupação para os produtores rurais, suas entidades representativas e para o poder público. A dificuldade para o pagamento das parcelas das dívidas começou a aparecer e a “boa recepção” antes oferecida pelos bancos já não foi mais a mesma, pois há indícios claros de que muitos agricultores terão sérias dificuldades para cumprir os compromissos financeiros assumidos.

Além destas questões, há ainda a problemática ambiental, que foi praticamente esquecida no processo em tela. Ainda na década de 1980 Morin (1984) já alertava que um processo de desenvolvimento deveria prever a redução dos impactos e da pressão sobre os recursos naturais, caso contrário se caracterizaria como crescimento econômico apenas. Sachs (1995) também contribui nesse sentido ao ressaltar a importância do aproveitamento dos recursos naturais sem destruir o “capital da natureza”. Complementa destacando que o desenvolvimento deveria seguir uma hierarquização: o social no comando, o ecológico enquanto restrição assumida e o econômico como papel instrumental.

As propriedades rurais em Ajuricaba adotam, predominantemente, o sistema produtivo de bovinocultura de leite intensivo (semiconfinado), especialmente pelo fato de as propriedades terem áreas

pequenas (inviabilizando e/ou dificultando a eficiência de outros sistemas de produção, p.e., leite a pasto) e por optarem por não abandonar as outras atividades produtivas que exigem espaço significativo da propriedade (ex: soja e trigo). Este sistema é altamente exigente em insumos e tecnologia e também é poluente, em especial pelo volume de resíduos que gera (esterco e urina) por área, suscitando a possibilidade de contaminação do solo e água (mananciais e lençol freático). O poder público, as entidades, o setor privado e parte dos agricultores têm conhecimento dos problemas ambientais causados pela atividade, porém não foram tomadas medidas significativas para a redução das chamadas externalidades negativas.

Devemos considerar também, como fator importante, as questões ligadas ao mercado, como a concorrência entre empresas processadoras para aquisição da matéria-prima. Com base na Teoria dos Custos de Transação (Williamson, 1985), a concorrência que se formou impôs novas características às transações, com comportamento oportunista por parte dos agentes econômicos, além das estratégias empresariais que, por vezes, geram conflitos entre os agricultores. Um exemplo disso é o fato de as empresas processadoras exigirem dos produtores que não falem uns com os outros o preço recebido pelo litro de leite. Também não aceitam que estes comercializem em conjunto (pequenos e grandes produtores) para não pagar ao pequeno produtor o mesmo preço pago para o grande, o que geraria custos “desnecessários”, uma vez que o principal fator que condiciona o preço pago a um e a outro produtor é a quantidade comercializada por estes (escala de produção).

Duas notícias representam bem os problemas e contradições geradas pelo processo analisado:

1^a – 5 de setembro de 2008 – 15h44min – 9º Seminário da Pecuária Leiteira da Cotrijuí – Palavras do presidente da CCGL, Caio Cezar Fernandes:

Temos certeza que as cooperativas – a Cotrijuí e as demais 39 filiadas à CCGL, terão uma melhor condição para enfrentar o mercado. O aumento da produção não mais significará queda de preços. Isso é fruto da Força da União [...]“A indústria é de vocês. Se não pudéssemos pagar o que as outras indústrias oferecem, não teríamos partido para tão grande investimento. Temos certeza que o produtor não receberá menos do que outras pagam. Como Central Cooperativa – agora com 40 cooperativas filiadas – não precisamos levar dinheiro para casa, nem remunerar acionistas. Porque nossos acionistas são vocês, produtores de leite” (retirado do site www.cotrijui.coop.br).

2ª – 15 de outubro de 2008 – 15h56min – “Preço do leite leva agricultor a suicídio” –

Agricultor com problemas de depressão, abalado com preço do leite comete suicídio por enforcamento no interior de Augusto Pestana. Enquanto isso, a Fetag está tomando as devidas ações para defender os interesses dos pequenos produtores (Notícia veiculada na Rádio Progresso de Ijuí).

Observa-se, portanto, que o processo instalado na região levanta alguns problemas sociais, ambientais, econômicos e culturais. Considera-se importante, porém, a instalação de um processo de fortalecimento de estratégias que incentivem a ação social conjunta, o acesso igualitário às ações do poder público municipal, o respeito e a preservação dos recursos naturais, bem como o respeito à cultura local. Além disso, torna-se fundamental que os agricultores tenham acesso ao conhecimento técnico e de mercado da atividade para que os recursos sejam empregados com cautela. Yruela e Guerrero (1994) destacam o desenvolvimento local como uma opção na busca de abandonar a passividade e iniciar um esforço no intuito de aproveitar os recursos disponíveis e empregá-los na geração de emprego e riqueza nas localidades. Para os autores, o enfoque local para o desenvolvimento deve contar com os conhecimentos e experiências existentes, bem como deve considerar a possibilidade de criar em âmbito local o clima social necessário, baseado na articulação social.

O Capital Social e o Insucesso da Estratégia Analisada¹⁵

O que estamos chamando para o caso de Ajuricaba de estratégia emergencial reativa em termos de desenvolvimento tem, conforme analisado, alguns problemas. Um dos principais parece ser a falta de organização dos agricultores em prol de uma iniciativa grupal que permitisse gerar um clima de colaboração entre os atores sociais e, desta forma, uma ação conjunta e coordenada, visando ao aproveitamento da oportunidade criada pelo processo global com mais autonomia e segurança. O que se observou, no entanto, foi um processo de mobilização social capitaneado pelas empresas processadoras de forma não participativa, em que os agricultores, mesmo sendo um dos principais elos da cadeia produtiva do leite, só agiram de forma reativa e impulsionados pelas boas promessas das empresas.

Nas palavras de Arocena (1993), iniciativas que são capazes de gerar efeitos de desenvolvimento não podem ser ações de um indivíduo ou de um grupo, mas sim iniciativas geradas e processadas dentro de um sistema de negociação permanente entre os diversos atores sociais que formam uma sociedade local. Da mesma forma, para ocorrerem processos de planejamento local, são necessárias novas formas institucionais, que sejam capazes de estimular e integrar iniciativas existentes na sociedade local. Segundo este autor, processos de desenvolvimento local só serão possíveis mediante um componente de identidade forte que estimule o potencial de iniciativas de um grupo social.

Toda sociedade se nutre da própria história e constitui um sistema de valores interiorizado por seus membros. Para a existência de uma sociedade local, é fundamental que as pessoas que habitam um território

¹⁵ A noção de capital social foi empregada como chave analítica para abordar os possíveis condicionantes que afetaram de modo problemático a estratégia em tela, não se objetivando com isso colocar nesta noção todo o peso explicativo para todos os problemas ou “insucesso” da aludida estratégia.

compartilhem identidades comuns, tenham uma maneira de ser que as distinga de outros indivíduos ou grupos. Assim, uma sociedade local será um sistema de ações sobre um território limitado, produzindo valores comuns e bens localmente geridos. É possível observar, segundo o autor, locais que dificilmente podem ser considerados sociedades, devido à ausência de iniciativa própria, pois a iniciativa individual ou do grupo é o signo da existência do ator local (Arocena, 1993).

Para complementar essa idéia, destaca-se a importância da integração cultural da comunidade, a criação de uma consciência coletiva, a existência de determinadas características da estrutura social que permitem criar e produzir recursos humanos, as atitudes e os valores necessários para mobilizar oportunidades (Yruela; Guerrero, 1994). Yáñez (1998) destaca a importância de se considerar e valorizar as relações constantes e intensas e a criação de uma identidade coletiva centrada no território. Defende ainda a necessidade de estabelecer mecanismos que favoreçam a eficiência dos serviços governamentais, bem como a criação de modelos de governo que aumentem a participação dos cidadãos nas tomadas de decisão que afetam o coletivo.

É nessa linha de pensamento que se destaca a importância do fortalecimento do capital social dos territórios. Abramovay (2003) cita Coleman (1990) e Putnam (1993, 1996) que conceituam a expressão capital social como características de organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Para Abramovay (2003), as estruturas sociais devem ser consideradas como recursos, “como um ativo de capital que os indivíduos devem dispor” (p. 86), portanto a noção de capital social relaciona-se ao fato de que os indivíduos não agem independentemente e seus objetivos não se formam isoladamente, surgindo como instrumento para a solução de dilemas de ação coletiva. Abramovay acrescenta que a acumulação de capital social é um processo de aquisição de poder (empoderamento) e também de mu-

dança na correlação de forças no plano local. A grande questão então implicada é, seguramente, como criar capital social onde ele é débil ou não existe.

O capital social é produzido, acumulado e reproduzido sempre em um local, em um coletivo humano estável e que se vê como um sujeito em busca de um objetivo para o futuro. Capital social é rede social e esta deve ser entendida como os múltiplos caminhos existentes entre indivíduos e grupos. Nesse caso, capital social refere-se à configuração móvel das conexões internas de um corpo coletivo de seres humanos, incluindo a sua morfologia e a democracia. Trata-se de um conceito político, que tem a ver com os padrões de organização e com os modos de regulação praticados por uma sociedade (Franco, 2006).

Para Milani (2008), seguindo as contribuições de Bourdieu, o capital social é o conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social. Assim sendo, é propriedade do indivíduo e de um grupo, estoque e base de um processo de acumulação que permite a pessoas inicialmente bem dotadas e situadas de terem mais êxito na competição social. A ideia de capital social remete aos recursos resultantes da participação em redes de relações mais ou menos institucionalizadas, porém é considerado uma “quase-propriedade” do indivíduo, principalmente por permitir benefícios de ordem privada e individual.

Seguindo a contribuição de Bourdieu, que considera o capital social um instrumento estratégico de classe, ou seja, utilizado por atores racionais com vistas a manter ou reforçar seu status e seu poder na sociedade, podemos considerar que a falta ou baixo acúmulo de capital social no município estudado pode ter limitado a ação estratégica dos agricultores (atores locais). Ou seja, o fato de não terem um forte laço entre si fez com que agissem de forma isolada, concentrando-se nas perspectivas

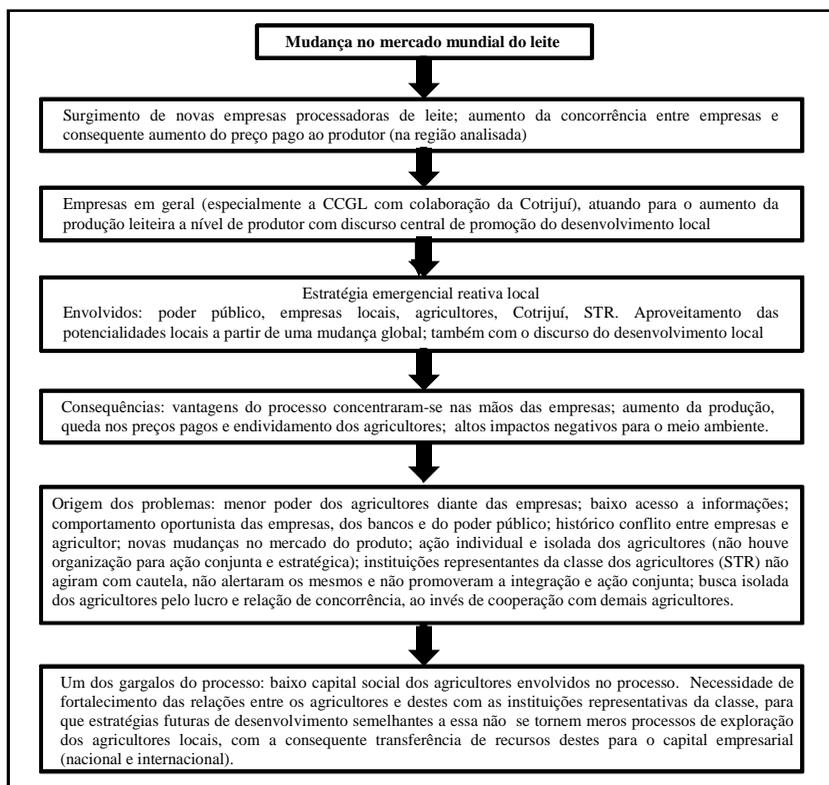
de acréscimo de renda e considerando uns aos outros como concorrentes e não aliados, o que os tornou facilmente mobilizáveis e subservientes aos interesses das empresas processadoras.

Afirma-se isso, tendo em vista a forma como se relacionaram entre si os produtores de leite. Agindo isoladamente, buscaram nas empresas (no início do acirramento da concorrência entre empresas para aquisição da matéria-prima) o melhor preço pago ao seu produto. Estas, agindo estrategicamente, pagaram valores elevados e fizeram suposições (informais) de que o preço continuaria num patamar alto. Os agricultores, empolgados com a situação, e sem uma representatividade de classe (por exemplo o STR ou uma organização por produto, como uma cooperativa de produtores de leite) com informações e preparação suficiente para os alertá-los dos riscos, passaram a buscar junto aos bancos altos valores para investir na atividade. Este processo, ao invés de unir os agricultores para uma maior barganha, gerou uma ação concorrencial entre eles, na busca de maior produção e produtividade. As maiores beneficiadas nesse processo foram as empresas processadoras. Os agricultores, por outro lado, acabam somando, no seu histórico, mais um conflito com as empresas e mais um período de crise relacionado à produção leiteira.

Milani (2008), com base nas contribuições de Putnam, salienta que, em uma comunidade ou uma sociedade que possui forte capital social, redes sociais de compromisso cívico estimulam a prática geral da reciprocidade e facilitam o surgimento da confiança mútua. O caso que ora analisamos indica que há uma rede social de compromisso muito frágil estabelecida no município, onde as empresas processadoras agiram somente em vista da ampliação de suas margens de lucros, sem responsabilidade social com as consequências de suas ações. Do mesmo modo, a ação do poder público foi meramente reativa e aderente ao interesse destas empresas, configurando-se a antiquada e ultrapassada (mas persistente) noção de desenvolvimento como corolário de crescimento econômico.

Considerações Finais

Este trabalho objetivou analisar criticamente uma estratégia de desenvolvimento à luz da literatura acerca de desenvolvimento em escalas geográficas mais restritas. O caso analisado revela, conforme pode ser observado na Figura 2, que o aumento da concorrência gerou transformações importantes na cadeia produtiva do leite e modificou a região estudada: Ajuricaba-RS. Foi possível perceber como um efeito inicialmente global interferiu e gerou uma mobilização local.



Figuras 2: Principais componentes e resultados da estratégia emergencial reativa analisada

Fonte: Os autores.

A mobilização social analisada teve como finalidade aumentar a produção leiteira em Ajuricaba-RS e foi coordenada pelas empresas processadoras de leite instaladas na região. Constituiu-se numa ação estratégica das empresas com objetivos claros de ampliarem seus lucros. Uma das principais fragilidades da estratégia estudada é a falta de interação e colaboração entre os agricultores. Para que essas interações ocorram deve haver mecanismos para ativá-las e estimulá-las, permitindo que aconteçam de modo organizado e contribuam para um novo processo social, no qual as oportunidades se apresentem igualmente para todos os atores. No momento em que os agricultores deixaram que essas iniciativas fossem construídas sem uma ação grupal na localidade, permitiram que os grupos mais fortes e organizados (empresas processadoras) se apropriassem em maior medida dos benefícios.

Mesmo reconhecendo as dificuldades para a organização de pessoas com interesses afins e para a prática participativa, algumas ações precisam ser incorporadas à estratégia emergencial reativa adotada pelo município de Ajuricaba, tais como: a participação da comunidade local no encaminhamento das decisões bem como articulações entre atores sociais locais para identificar os principais problemas e definir ações; a introdução de mecanismos públicos que possibilitem a igualdade de acesso aos benefícios gerados; o compromisso com a conservação dos recursos naturais e respeito aos aspectos culturais; o desenvolvimento de um trabalho diretamente com os agricultores – o que pode ser gerido pelas instituições locais – de planejamento e estratégias para a sua sobrevivência econômica mesmo em momentos de declínio e/ou crise da atividade leiteira, o que é comum; reafirmação da importância das propriedades manterem outras atividades (agropecuárias ou não) como uma forma de diluir riscos.

As análises realizadas não permitiram o estudo de todos os aspectos do fenômeno. Para tanto, um estudo mais completo poderia ser empreendido, no qual contemplar-se-iam outras questões envolvendo um

detalhamento maior da importância da participação de cada agente e da sua influência para o desenvolvimento do processo. Outra questão que merece atenção seria o acompanhamento dos resultados/consequências da estratégia analisada, uma vez que quando da realização da pesquisa estes ainda não estavam completamente evidentes, principalmente porque muitos são perceptíveis a longo prazo. Por fim, o trabalho em questão instiga uma maior reflexão sobre outras estratégias de desenvolvimento que são adotadas em realidades distintas, dado que mostra que ações aparentemente iniciadas localmente (de baixo para cima) podem ser fruto de um processo mais complexo e que têm o capital empresarial como coordenador.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- AROCENA, J. *El desarrollo local: un desafío contemporáneo*. Montevideo: Ed. Nueva Sociedad; CLAEH, 1993.
- BAITELLO JUNIOR, N. A mídia primária, secundária e terciária. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – COMPOS, 9., Porto Alegre, 2000. *Anais...* Porto Alegre, 2000.
- BECKER, D. F. (Org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.
- BLACKBURN, S. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Tradução: Desidério Murcho et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.
- BRANDÃO, C. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas: Alínea Ed., 2007.
- BREITENBACH, R. Estruturas de mercado e governança na cadeia produtiva do leite: um estudo de caso do município de Ajuricaba-RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., Rio Branco, 2008. *Anais...* Rio Branco, Acre, 2008.

- BROSE, M. *Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local*. 103 experiências no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.
- CARVALHO, M. C. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. n. 2 Rio de Janeiro, 1997. Vol. 40.
- DOWNING, J. D. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.
- ESCOBAR, A. *Encountering Development*. New Jersey: Princeton University Press, 1995.
- FEATHERSTONE, M. Localismo, globalismo e identidade cultural. In: *Sociedade e Estado*, Brasília: UNB, v. XI, n. 1, p. 9-42, jan.-jun. 1996.
- FERREIRA, A. B. de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução e organização Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- FRANCO, A. *Capital social e desenvolvimento local*. Disponível em: <<http://www.aed.org.br/v2/artigos>>. Acesso em: 27 jun. 2006.
- GALVÃO, M. B. Globalização: arautos, cétricos e críticos (1ª parte). In: *Política Externa*, São Paulo: Paz e Terra; USP, v. 6, n. 4, mar.-maio, 1998.
- GUERRERO, M. G. *La red social como elemento clave del desarrollo local*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 1996.
- MAFRA, R. *Entre o espetáculo, a festa e a argumentação – mídia, comunicação estratégica e mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- MILANI, C. *Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)*. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/apesqnepol_capital.htm>. Acesso em: 2 nov. 2008.
- MORIN, E. *Sociologia*. Lisboa: Publicações Europa-América. 1984.
- NOTÍCIAS disponíveis em: <www.rpi.com.br>. Acesso em: 26, 27 e 28 out. 2008.
- NOTÍCIAS disponíveis em: <www.cotrijui.coop.br>. Acesso em: 26 e 27 out. 2008.
- ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas: Alínea Ed., 2007.

PIETERSEN, J. N. The cultural turn in development: questions of power. In: *The European Journal of Development Research*. London: Frank Cass e Co., v. 7. n. 1, p. 176-192, 1995.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. In: *Estudos avançados*, São Paulo: Edusp, v. 9, n. 25, 1995.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e estudo de caso. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Orgs.). *Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

SOUZA, M. L. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma Teoria Aberta do desenvolvimento sócio espacial. In: *Território*, Rio de Janeiro: Laget-UFRJ/Garamont, n. 3, jul./dez 1996.

SOUZA, M. L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Território*, Rio de Janeiro: Laget-UFRJ/Garamont, n. 3, jul./dez. 1997.

TUCKER, V. A cultural perspective on development. In: *The European Journal of Development Research*, London: Frank Cass e Co. Ltd., v. 8, n. 2, 1996.

YAÑEZ, C. N. Globalización y localismo: nuevas oportunidades para el desarrollo. In: *Revista de Fomento Social*, Córdoba: IESAA, n. 53, p. 31-46, 1998.

YRUELA, M. P.; GUERRERO, M. G. Desarrollo local y desarrollo rural: el contexto Del programa "Leader". In: *Papeles de Economía Española*, n. 60-61, p. 219-233, 1994.

WILLIAMSON, O. E. *The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting*. New York: The Free Press, 1985.

Recebido em: 1º/6/2009

Aceito em: 3/8/2009